



## **CONSELHO DE MINISTROS**

### **PROPOSTA DE LEI N° /IX /2017**

**DE DE**

**ASSUNTO:** Institui o regime especial de incentivos fiscais, aduaneiros e não fiscais a ser concedidos a importadores de alimentos para animais, medicamentos e materiais para irrigação gota-a-gota, no âmbito do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola, aprovado pela Resolução n.º 110/2017, de 6 de outubro.

### **EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS**

O Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola - 2017/2018, aprovado pela Resolução n.º 110/2017, de 6 de outubro, reconhece os efeitos nefastos da falta de chuva sobre as reservas hídricas do país, e que colocam em perigo a operacionalidade dos sistemas de abastecimento público e de produção agropecuária.

A seca afeta a capacidade produtiva das famílias rurais, limita o acesso a recursos básicos, conduzindo ao stress e depressão das populações, e agravamento da insegurança alimentar. Cabo Verde encontra-se neste momento perante um cenário inevitável de mau ano agrícola, que não permitirá a produção de milho e feijões no sequeiro, visto que não há condições agrometeorológicas que favoreçam a produção.

Perante este cenário é necessário a adoção medidas urgente para fazer face às condições excecionais que o país enfrenta, de seca e do mau ano agrícola, no corrente ano de 2017, e durante todo o período em que permanecer a situação de emergência declarada pelo Governo, e que põe em risco as condições de sobrevivência dos produtores agropecuários de Cabo Verde.

Para além das medidas constates no Programa de Emergência, urge reduzir os custos e facilitar a importação dos materiais, alimentos, pastos e medicamentos, necessários para mitigação dos efeitos do mau ano agrícola.

Atendendo a estas constatações torna-se necessário criar um regime especial de tributação que envolve uma vantagem ou simplesmente um desagravamento fiscal aos importadores perante o regime normal, assumindo-se, no caso concreto, a forma de isenção de taxas relacionadas com a importação, nos termos do artigo 3.º da presente Proposta de Lei.

Este regime estará em vigência enquanto durar o período de seca e mau ano agrícola que o país enfrenta, e durante a vigência do mencionado Programa de Emergência.

Foram ouvidas a Direção Geral de Alfândega, Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA (ENAPOR), Direção Geral de Comércio e Indústria e Direção Geral da Agricultura.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 203.º da Constituição, o Governo submete à Assembleia Nacional a seguinte Proposta de Lei:

#### Artigo 1.º

##### **Objeto**

O presente diploma institui o regime especial de incentivos fiscais, aduaneiros e não fiscais a ser concedidos a importadores de alimentos para animais, medicamentos veterinário, materiais e equipamentos de irrigação gota-a-gota.

#### Artigo 2.º

##### **Âmbito**

Os incentivos referidos no artigo anterior destinam-se àqueles que importarem no âmbito do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola, aprovada pela Resolução n.º 110/2017, de 6 de outubro.

#### Artigo 3.º

##### **Incentivos**

A importação de alimentos para animais, medicamentos veterinários, materiais e equipamentos de irrigação gota-a-gota, é isenta de pagamento de:

- a) Diretos aduaneiros;
- b) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- c) Taxas, emolumentos, custas, incluindo taxa comunitária e cobradas pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento e desembaraço alfandegário de mercadorias, designadamente a Direção Geral de Alfândega, a Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), a Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA (ENAPOR), a Direção Geral de Comércio e Indústria e a Direção Geral da Agricultura.

#### Artigo 4.º

##### **Vigência**

Os incentivos fiscais, aduaneiros e não fiscais previstos na presente Lei são válidos durante todo o período em que vigorar o Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola - 2017/2018.

Artigo 5.º  
**Legislação subsidiária**

Em tudo o que não estiver especificamente regulado aplica-se, conforme couber, e dentro do espírito da presente Lei, a legislação vigente em Cabo Verde em matéria fiscal e aduaneira.

Artigo 6.º  
**Entrada em vigor**

A presente Lei entra em vigor na dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de outubro de 2017.

José Ulisses de Pina Correia e Silva,

Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade